



# SINOPSE SINTIUS

## Informativo do Sindicato dos Urbanitários

### 15/12/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

#### Atrasados do INSS terão correção pela Selic

Os atrasados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) pagos na Justiça terão correção pela taxa básica de juros da economia, a Selic, conforme determinado pela emenda constitucional 113, que passou a valer no dia 9 de dezembro.

Embora a Selic esteja subindo, a nova regra deve diminuir o valor pago a aposentados e pensionistas que vão ao Judiciário para ter a concessão ou revisão do benefício do INSS.

A atualização monetária consta na parte da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios que foi consenso no Congresso e se tornou válida após a promulgação e publicação da emenda. Ela será aplicada nos precatórios, que são as dívidas judiciais do governo acima de 60 salários mínimos, e também vale para as RPVs (Requisições de Pequeno Valor), de até 60 salários mínimos.

Segundo a norma, todas as dívidas da Fazenda pública devem ser atualizadas pela Selic. "Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente", diz o artigo 3º da lei.

"A correção e os juros sofrerão incidência de índice percentual único, afastada a sistemática anterior de correção mais juros", explica o advogado, lembrando que o valor a ser pago ficará menor.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de dezembro.

#### Prova de vida do INSS volta a ser obrigatória em janeiro

A prova de vida do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) volta a ser obrigatória a partir de 2022 e o órgão já suspenderá benefícios por falta de recadastramento a partir de fevereiro. No país, 3.313.845 segurados ainda precisam realizar a prova de vida até janeiro de 2022, segundo dados do INSS de outubro, os últimos disponíveis. No total, 32.994.656 já fizeram a fé de vida (somando os recadastramentos realizados em 2020 e 2021).

Dois grupos precisam fazer a atualização até o dia 31 de janeiro: os aniversariantes de janeiro e os beneficiários que têm prova de vida vencida entre novembro de 2020 e junho de 2021. Quem perder o prazo terá o pagamento suspenso em fevereiro, informou o INSS.

A partir de 2022, todos os bancos vão considerar o mês de aniversário para a prova de vida. Segundo portaria do INSS, a comprovação deverá ser feita preferencialmente por atendimento eletrônico do banco responsável pelo pagamento, com uso de biometria. Os bancos também fazem esse tipo de atendimento presencialmente, para quem precisar.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de dezembro.

#### Projeto sobre 'desaposentadoria' passa em comissão do Senado e segue para a Câmara

O texto torna possível a chamada 'desaposentadoria' de segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que foram aposentados por idade, tempo de contribuição ou regime especial.

Pelo projeto, quem aderir à desaposentadoria não perde o tempo já contado na concessão da aposentadoria, nem é obrigado a devolver o benefício recebido à Previdência Social.

O projeto também prevê a possibilidade de solicitação de nova aposentadoria a qualquer tempo, levando-se em conta os valores de contribuição anteriores à aposentadoria original e os posteriores à desaposentação.

"Todos os governos foram contrários à desaposentação, defendendo que a aposentadoria é irretratável. Mas não observamos os efeitos atuariais alegados: o desaposentado deixa de receber o benefício e passa, exclusivamente, a contribuir para a Previdência, representando, portanto, um alívio às contas", disse o senador Flávio Arns (Podemos-PR)

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 15 de dezembro.

## **Câmara aprova em 1º turno texto-base de PEC que libera mais R\$ 44 bilhões do Orçamento**

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (14) em primeiro turno o texto-base da segunda parte da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que prevê liberação de R\$ 43,8 bilhões no Orçamento para atender às despesas extras previstas para 2022, incluindo o Auxílio Brasil.

O texto-base foi aprovado por 327 a 147 —eram necessários pelo menos 308 votos. Os deputados começaram a votar sugestões de modificação à PEC, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu suspender a votação e retomar nesta quarta-feira (15) para tentar melhorar o quórum.

Depois de votar os destaques, a PEC passa por votação em segundo turno, em que precisa obter novamente um mínimo de 308 votos. Se não houver alteração de mérito, o texto vai a promulgação.

Os deputados devem suprimir dispositivo que contém previsão para o pagamento das parcelas dos precatórios do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) dentro do mesmo ano. O Senado criou esse calendário para evitar que o governo pagasse esses recursos a estados comandados por adversários políticos apenas após a eleição de 2022.

Acordo inicial previa também mudança no artigo que trata do limite para pagamento dos precatórios. O texto que veio do Senado trazia regras até 2026. A Câmara queria derrubar a expressão "até o fim de 2026" no artigo que estabelece esse teto —os deputados desejavam estender até 2036.

Com a supressão, a PEC teria regras para o cálculo do pagamento dos precatórios de 2022 a 2026. Depois disso, haveria um vácuo sobre se o mecanismo continuaria valendo e sob quais regras. O receio de que a alteração pudesse devolver o texto ao Senado, porém, levou os deputados a desistirem de suprimir o trecho.

A PEC foi criticada pela oposição e por partidos de centro-direita. Para o líder do Novo na Câmara, deputado Paulo Ganime (RJ), era possível obter espaço para pagar o programa social de outra maneira. "Dá para fazer o Auxílio Brasil, dá para aumentar programa de assistência à população mais pobre sem dar calote", disse. "O Brasil tem espaço para cortar despesas. Temos a emenda de relator, temos fundão, temos muita coisa. Só que ninguém quer cortar despesa."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de dezembro.

## **Petrobras reduz preço da gasolina em 3,1%**

A Petrobras anunciou nesta terça-feira (14) que cortará em 3,1% o preço de venda da gasolina em suas refinarias. A redução, de R\$ 0,10 por litro, começa a valer nesta quarta (15) e acompanha a queda das cotações internacionais do produto.

É a primeira redução no preço do combustível desde o dia 12 de junho. Após o corte, o preço médio de venda da gasolina nas refinarias da estatal será de R\$ 3,09 por litro. Não houve alteração no preço do óleo diesel.

Com a redução desta quarta, a alta acumulada do preço de refinaria da gasolina em 2021 cai para 68%. Nas bombas, o combustível acumulava, até a semana passada, aumento de 36% no ano, já descontada a inflação do período.

Em nota, a Petrobras afirmou que o ajuste "reflete, em parte, a evolução dos preços internacionais e da taxa de câmbio, que se estabilizaram em patamar inferior para a gasolina". Nas últimas semanas, os preços internacionais foram impactados por temores sobre a variante ômicron.

O cenário levou o presidente Jair Bolsonaro (PL) a afirmar no início do mês que a Petrobras estava prestes a anunciar redução de preços. O reajuste não ocorreu na semana indicada pelo presidente da República, mas uma semana depois.

As declarações de Bolsonaro geraram um novo processo na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para apurar o cumprimento das regras de divulgação de notícias, fatos relevantes e comunicados por empresas com ações negociadas em bolsa.

No dia seguinte, a Petrobras divulgou nota dizendo que não havia decisão tomada sobre reajustes e reforçando que não antecipa eventuais decisões a autoridades.

"A Petrobras reitera seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato para os preços internos, das volatilidades

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de dezembro.